



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 015/2021

### CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERESSADAS EM CONCEDER EMPRÉSTIMO PESSOAL E/OU REFINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMOS

(Processo Administrativo nº 235/2021)

#### PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.640/0001-08, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de **CHAMAMENTO PÚBLICO** visando credenciar instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a funcionar na forma de banco público, banco múltiplo comercial ou cooperativo e cooperativa de crédito, interessadas em conceder empréstimo pessoal e/ou refinanciamento de empréstimos aos servidores municipais ativos, com consignação em folha de pagamento.

#### 1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA:

**1.1 LOCAL:** Sala de Licitações – Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130 – Dois Vizinhos – PR.

**1.2 DATA:** 18 de outubro de 2021.

**1.3 HORÁRIO:** 9 horas.

**1.4** Comissão Técnica nomeada pela Portaria nº 096/2021.

**1.5** Da publicação: De acordo com o Art. 1º, § 1º da Lei 2366/2019 estabelece que o prazo de publicação conforme o texto da Lei é “O Credenciamento é o ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços ou junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis”.

#### 2. DO OBJETO:

**2.1** Chamamento Público para **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL A FUNCIONAR NA FORMA DE BANCO PÚBLICO, BANCO MÚLTIPLO COMERCIAL OU COOPERATIVO E COOPERATIVA DE CRÉDITO, INTERESSADAS EM CONCEDER EMPRÉSTIMO PESSOAL E/OU REFINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.**

#### 3. DO EMBASAMENTO LEGAL e JUSTIFICATIVA:

**3.1.** Este Chamamento será amparado pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 2366/2019, de 17 de dezembro de 2019 e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante para todos os efeitos legais.



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**3.2.** O Município de Dois Vizinhos possibilitará a operacionalização da concessão de empréstimo com consignação em folha de pagamento aos servidores ativos do Município de Dois Vizinhos/PR, por meio de instituição(ões) credenciada(s) que ofereça(m) serviços com qualidade, segurança, comodidade, agilidade e eficiência à prefeitura e ao servidor público, representados pelos servidores públicos ativos do Poder Executivo, através de respectivo contrato de credenciamento.

**3.3.** O objetivo do credenciamento é o de viabilizar crédito pessoal consignado aos servidores do Município de Dois Vizinhos. Consiste ainda, como justificativa para o credenciamento, a amplitude de instituições financeiras pelos órgãos reguladores para o oferecimento dos serviços de crédito consignado em folha de pagamento, bem como a necessidade de se fixar um procedimento seletivo claro e objetivo, garantidor da observância dos princípios basilares da Administração Pública.

**3.4.** A intenção da Administração Municipal é oportunizar mais vantagem para o servidor, tendo em vista que quanto mais instituições financeiras credenciadas, mais opções de taxas o servidor terá acesso, podendo optar pela que melhor e mais barata.

## **3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO e IMPUGNAÇÃO:**

**3.1.** O(s) pedido(s) de esclarecimento(s), referente(s) ao processo de chamamento, poderá(ão) ser realizado(s) por qualquer pessoa, inclusive a proponente, e deverá(ão) ser enviado(s), por meio de e-mail, no endereço: [natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br).

**3.2.** A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: [natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br).

**3.3.** Decairá do direito de impugnar este Edital ou parte dele o interessado que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data final designada para entrega do envelope contendo a documentação.

**3.4.** Caso haja intenção de impugnar o referido edital, qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 2 (dois) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do Chamamento Público, observado o disposto no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.5.** As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Departamento de Licitações sito à Av. Rio Grande do Sul, 130, Centro, Dois Vizinhos, Paraná, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: [natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br).

**3.6.** A Comissão de Licitações deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do Credenciamento.

**3.7.** A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

**3.8.** Observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas e esclarecimentos somente através do e-mail: [natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br), ou protocolar consulta por escrito, no departamento competente sito à Av. Rio Grande do Sul, 130, Centro, Dois Vizinhos, Paraná, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

## **4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:**

**4.1.** Poderão participar deste certame pessoas jurídicas autorizadas pelo BACEN cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus Anexos.

**4.2.** O acesso ao credenciamento é livre para todos os Bancos e Instituições Financeiras durante o período de vigência do presente Chamamento Público.

**4.3.** O requerimento para credenciamento deverá ser feito, por meio de ofício, encaminhado ao Departamento de Licitações e entregue na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, nº 130, Centro, Dois Vizinhos, Paraná, a qualquer tempo durante o período de vigência do chamamento público.

**4.4.** Os interessados deverão se inscrever apresentando os documentos elencados no presente edital, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas por tabelião ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação por servidor deste Município, conforme previsto no Art. 32 da Lei 8666/93.

**4.5.** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I) Que esteja com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal;

II) Que estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;

III) Que esteja reunido em consórcio, ou seja, controlador, coligado ou subsidiário de outro licitante, ou cujos proprietários ou sócios mantenham vínculos empresariais ou familiares com outro licitante;

IV) Que possua como proprietário, sócio ou administrador, de direito ou de fato:

a) Servidor público, agente político ou Vereador do Município de Dois Vizinhos;

b) Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito Municipal, do (s) Secretário (s) Municipal (is) requisitante (s) da licitação, do fiscal do contrato, do pregoeiro, de membro da Comissão de Licitação



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ou da Equipe de Apoio, do procurador jurídico parecerista ou de qualquer outro servidor ou autoridade ligada à contratação e à execução do contrato.

V) Enquadra-se nos impedimentos acima descritos o licitante que suceder, a qualquer título, outro licitante enquadrado em algum desses impedimentos.

### **3. DA VIGÊNCIA:**

**3.1.** Conforme dispõe a Lei Municipal 2366/2019 em seu Art. 3º O Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração.

### **4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CREDENCIAMENTO:**

**4.1.** Para o credenciamento, as pessoas jurídicas, deverão apresentar toda a documentação informada abaixo, conforme exigência do artigo 32 da lei 8666/93, sendo:

#### **4.1.1 Habilitação Jurídica:**

**a)** Contrato, estatuto social e/ou regimento e suas alterações, devidamente registrado;

**a.1)** Última alteração de contrato social e/ou estatuto social, comprovando que a empresa possui capital social integralizado maior que R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

**b)** Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada, (quando couber);

**c)** Ato de outorga de poderes ao representante legal da empresa;

**4.1.1.1** Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**d)** Cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física – CPF do(s) representante(s) legal(is);

**e)** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

**f)** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

#### **4.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**a)** Prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**a.1)** a prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

**a.2)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

**a.3)** a prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

**b)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**c)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

4.1.2.1 Os sites oficiais serão consultados para efeito de comprovação da regularidade fiscal de documento.

#### 4.1.3 Qualificação Econômico-Financeira:

**a)** Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias consecutivos anteriores à data do credenciamento;

**a.1)** no caso de empresa em recuperação judicial será necessária uma certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (TCU Acórdão 1201/2020).

#### 4.1.4 Documentação Complementar:

**a)** **Declaração Unificada** (conforme modelo – Anexo II);

**b)** Certidão acerca de autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil.

## 5. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO/HABILITAÇÃO:

**5.1.** A Secretaria Municipal de Administração e Finanças certificará as comprovações junto aos órgãos emitentes. O responsável pela certificação será definido por Portaria 096/2021.



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**5.2.** A Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá, fundada no relevante interesse público, estabelecer outros requisitos, bem como requisitar outros documentos ou substituir os indicados neste processo.

**5.3.** A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela Comissão Técnica Especial responsável pela certificação, promovendo-se a desclassificação das proponentes que apresentarem documentação desconforme ou incompatível.

**5.4.** Todos os documentos apresentados neste certame deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade estipulado pelo órgão emissor. Os documentos que não tiverem o prazo de validade fixado pelo respectivo órgão emissor serão considerados válidos por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão.

**5.5.** Quando a instituição tiver filial, todos os documentos apresentados deverão se referir a um só local de competência. Os requisitos estabelecidos nesta cláusula devem ser mantidos enquanto a entidade for credenciada, sob pena de descredenciamento.

**5.6.** O credenciamento somente poderá ser efetuado sem ônus para o Município.

## **6. DO JULGAMENTO E DA SELEÇÃO:**

**6.1.** Dentre as proponentes interessadas serão credenciadas todas aquelas que atenderem as exigências estipuladas no presente instrumento convocatório, haja vista ser do interesse da coletividade que o maior número possível de licitantes preste os serviços em questão.

## **7. DO DESCREDENCIAMENTO:**

**7.1.** As empresas credenciadas poderão ser descredenciadas:

I - A pedido;

II - De ofício, quando for constatado que a empresa deixou de cumprir suas obrigações.

**7.2.** As despesas decorrentes do descredenciamento serão de responsabilidade da empresa.

**7.3.** A empresa descredenciada deve efetuar a comunicação imediata de sua condição aos Servidores Públicos do Município.

**7.4.** A perda da qualidade de credenciada obriga a empresa a:

I - Cessar imediatamente as contratações junto aos Servidores Públicos do Município;

II - Comunicar e divulgar a perda da condição de credenciada junto aos seus canais de comunicação e aos servidores com os quais mantiver vínculo.





Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## **8. DO ACOMPANHAMENTO e FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** Caberá a Secretaria de Administração e Finanças por meio do responsável pela pasta o Sr. Vilmar Possato Duarte a gestão da execução do objeto.

**8.2.** O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente edital serão feitos por servidores do Município de Dois Vizinhos, tendo como fiscal titular o Senhor Neiva Terezinha Lovato Machado e como suplente de fiscal a Senhora Dione Luiz da Silva.

## **9. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONDIÇÕES GERAIS:**

**9.1.** A prestação dos serviços das Instituições Credenciadas nos termos deste edital consistirá na concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento aos servidores públicos ativos do município Municipal de Dois Vizinhos;

**9.2.** Os serviços prestados pelas Instituições Credenciadas na forma deste edital ocorrerão sem quaisquer ônus ou encargos a Prefeitura;

**9.3.** O Município não será responsável solidário, nem mesmo garantidor das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos em decorrência da concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento pelas Instituições Credenciadas obrigando-se apenas e tão somente a manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos;

**9.4.** O Município informará expressamente ao site averbador o valor o valor da margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito através do Sistema de Gestão de Margem Consignável;

**9.5.** O município também fica isento de qualquer responsabilidade quanto à não efetuação do desconto nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor público da folha;

**9.6.** A contratação de empréstimo constitui operação firmada exclusivamente entre a Instituição Financeira e o beneficiário, cabendo unicamente a essas partes zelarem pelo seu cumprimento;

**9.7.** Cada servidor ficará responsável, direta e individualmente, pelo contrato que assinar com a Instituição Financeira que escolher e pelos atos que expressamente autorizar ou consentir. Por sua vez, a Instituição Financeira por ele contratada responderá pelo cumprimento da legislação e por qualquer dano ou prejuízo reclamado pelo beneficiário;

**9.8.** O Município não responde, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus servidores, nem pelas condições oferecidas pelas Instituições Financeiras, restringindo sua responsabilidade à mera averbação dos valores autorizados pelo beneficiário e ao repasse à Instituição Financeira em relação às operações livremente convencionadas pelas partes;



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**9.9.** As Instituições Financeiras serão responsáveis exclusiva e integralmente pela operação financeira e pela utilização de pessoal para sua execução, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;

**9.10.** As Instituições Financeiras deverão cumprir as obrigações previstas no contrato;

**9.11.** No caso de descumprimento das condições de credenciamento ou de infração às cláusulas do contrato, o Município de Dois Vizinhos poderá promover o credenciamento da Instituição Financeira, não permitindo novos contratos, porém respeitando os já firmados até que se finalizem as parcelas vincendas ou se proceda à quitação antecipada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação federal e municipal incidente;

**9.12.** Nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor da folha, fica o Município eximido de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto.

**9.13.** DA ÉTICA: O credenciado deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

## **10. DOS CRITÉRIOS PARA LIVRE ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO PELOS SERVIDORES:**

**10.1.** Ficará reservada ao Servidor Municipal a livre escolha da Instituição, desde que esta esteja devidamente credenciada junto ao Município de Dois Vizinhos, nos termos do presente edital de Credenciamento.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:**

**11.1.** Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização do contrato;

**11.2.** Averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor da instituição;

**11.3.** Repassar à instituição o valor correspondente descontado da folha de pagamento do servidor público, até o dia 10º (décimo) dia do mês subsequente ao pagamento;

**11.4.** Comunicar o Sistema de Gestão de Margem Consignável, mensalmente, até 5 (cinco) dias após o crédito de salário, dos servidores que não sofreram desconto ou que suportaram desconto inferior ao solicitado no arquivo enviado, indicando o motivo;





Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**11.5.** A Instituição Financeira deverá acatar os parâmetros e normas operacionais do site averbador e sua programação financeira;

**11.6.** Repassar ao Sistema de Gestão de Margem Consignável o fluxo operacional para efetivação dos descontos das operações de empréstimos e/ou financiamentos pessoais a serem contraídos pelos Servidores Públicos Municipais;

**11.7.** Receber mensalmente do sistema de gestão de margem consignável, até o dia 15 (quinze) de cada mês o arquivo de remessa contendo as informações necessárias que atendam o layout do sistema averbador, para o devido processamento na folha de pagamento do servidor;

**11.8.** Realizar mensalmente os descontos nas respectivas folhas de pagamento dos servidores do MUNICÍPIO que possuem margem consignável, constante na informação de remessa enviada pela CREDENCIADA os quais contraíram empréstimos e/ou financiamentos pessoais;

**11.9.** Mensalmente informar qualquer alteração dos dados cadastrais dos Servidores, o MUNICÍPIO compromete-se a informar ao Sistema de Gestão de Margem Consignável, o nome do (s) Servidor (es), bem como, informar quais foram as alterações nos dados cadastrais.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:**

**12.1.** Conceder empréstimo, observadas suas normas operacionais e a legislação vigente e sua programação financeira, garantindo condições especiais aos servidores do Município, respeitadas as condições estabelecidas no contrato;

**12.2.** Notificar o servidor que deverá contatar a instituição, na ocorrência de desligamento ou outro motivo que acarrete a sua exclusão da folha de pagamento, bem como da redução de sua margem consignável e consequente alteração do valor descontado, a fim de negociar o pagamento da dívida;

**12.3.** Encaminhar até o final da primeira quinzena de cada mês, através de meio eletrônico, em arquivo com padrão que atenda ao layout do sistema averbador, bem como o sistema da folha de pagamento, os dados para o referido desconto em folha;

**12.4.** Providenciar as exclusões no extrato ou arquivo de averbação de servidores, de acordo com as informações e solicitações do Município, nas situações previstas no contrato;

**12.5.** Fornecer a posição de dívida atualizada para liquidação/amortização antecipada dos empréstimos, quando solicitado pelo servidor, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho do servidor ou qualquer outro afastamento sem remuneração;

**12.6.** Manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga o Município, por parte do servidor devedor, de autorização de caráter irrevogável, para a consignação das prestações



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de empréstimo;

**12.7.** Em caso de portabilidade será tratada de forma individual entre a Instituição Financeira e o servidor, sem majoração de prazo e parcela.

**12.8.** Constituir-se-ão obrigações da Credenciada as seguintes, para a totalidade do objeto:

1 - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do Chamamento Público, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do Chamamento Público, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Chamamento Público, de acordo com as especificações determinadas no edital, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados;

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto de acordo com a legislação e normativas vigentes;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

**12.9.** Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

## **13. CONDOTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o credenciado/contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480, de 30 de julho de 2020.

**13.2.** Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## **14. DAS RESPONSABILIDADES:**

- 14.1.** As informações dos servidores do Município de Dois Vizinhos não podem ser disponibilizadas ou divulgadas a terceiros.
- 14.2.** A divulgação indevida de informações gera responsabilização da empresa credenciada.
- 14.3.** A reincidência poderá ensejar o descredenciamento, sem prejuízo de outras sanções.
- 14.4.** O descumprimento das regras estabelecidas neste edital ensejará responsabilidade civil e penal, nos termos da legislação vigente.

## **15. VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

- 15.1.** O contrato/termo de não irá gerar custos ao Município de Dois Vizinhos.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS:**

**16.1.** O Município e o Credenciado deverão observar as disposições da Lei 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais dos SERVIDORES, EMPREGADOS, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, em especial quanto a finalidade e boa-fé na utilização de suas informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente convênio de concessão de crédito consignado.

**16.2.** O Município figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos ao BANCO para tratamento, sendo este enquadrado como Operador dos dados. O BANCO será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

**16.3.** O Município e o Credenciado estão obrigados a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste CONVÊNIO, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

**16.4.** Além das obrigações relacionadas no item anterior, são obrigados ainda a:

- I- Garantir que os dados foram e serão obtidos de forma lícita, com base legal apropriada nos termos da LGPD, inclusive para fins de compartilhamento ou tratamento inerentes ao escopo e para fins deste CONVÊNIO;



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

II- Possuir sistemas que garantam que a utilização dos dados seja realizada de acordo com a LGPD, observando, a manifestação revogabilidade do consentimento feita pelo titular dos dados;

II- Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

IV- Manter avaliação e monitoramento periódicos do tratamento para garantir a segurança e qualidade do objeto desse CONVÊNIO;

V- Fornecer, no prazo solicitado pelo outro partícipe, informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados; e

VI- Auxiliar o outro partícipe na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei.

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

**17.1.** Será aplicada à Credenciada, garantida a ampla defesa e o contraditório, as seguintes penalidades:

a) multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no caso de descumprimento de quaisquer cláusulas do presente contrato, até que se restabeleça a normalidade contratual, devidamente reconhecida pelo Município, a partir da notificação, limitada a 30 (trinta) dias;

b) no caso de persistir(em) a(s) irregularidade(s) apontada(s) na notificação a que se refere a letra “a”, por prazo superior ao previsto na letra “a”, a Credenciada passará a incorrer em multa correspondente a 10% (dez) por cento do total negociado em empréstimos em consignação em folha de pagamento, realizados durante o Credenciamento;

c) mesmo incorrendo em quaisquer das hipóteses previstas nas letras “a” ou “b”, a Credenciada também sofrerá, cumulativamente, as sanções previstas na Lei Federal 8.666/93.

**17.2.** Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078 de 11/09/90;

**17.3.** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## 18. DOS CASOS OMISSOS:

18.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93.

## 19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

19.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas ao Município de Dois Vizinhos, Secretaria de Administração e Finanças, setor de Licitações, pelo e-mail [natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br) ou pelo telefone (46) 3536-8819.

19.2. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

19.3. O presente processo de chamamento público poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação.

19.4. Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Ofício;

Anexo II – Modelo de Declaração Unificada;

Anexo III – Minuta do Contrato.

Dois Vizinhos, 21 de setembro de 2021

**Luis Carlos Turatto**

Prefeito

**Natália Becchi Borçatto**

Presidente





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**ANEXO I – MODELO DO OFÍCIO DE APRESENTAÇÃO**

(Local e data)

(Identificação da Proponente – Razão social, nome fantasia, endereço, telefone e CNPJ, etc.).

Ao Município de Dois Vizinhos/PR.

Comissão de Licitações

Referente: Edital de Chamamento Público nº 015/2021.

Prezados Senhores apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias, a especificação dos serviços que temos a oferecer:

- Concessão empréstimo pessoal e/ou refinanciamento de empréstimos aos servidores municipais ativos, com consignação em folha de pagamento.

Atenciosamente.

\_\_\_\_\_  
(Nome, CPF, RG e assinatura do representante legal).



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## ANEXO II - DECLARAÇÃO UNIFICADA (modelo)

### À Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná  
Ref.: Chamamento Público nº 015/2021

#### RAZÃO SOCIAL e CNPJ:

**ENDEREÇO COMPLETO:** (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da Federação e CEP).

1- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa (sócio administrador) é o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_.

Declaramos ainda outros dados da empresa:

**NOME DA FANTASIA:** .....

**RAMO DE ATIVIDADE Nº:** .....

**INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:** .....

**INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº:** .....

3- Declaramos que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração pública. Conforme disposto na Lei Orgânica Municipal em seu Art. 74 A administração pública direta, indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: XXVI - Fica vedada, também, a contratação pelo Município, para quaisquer finalidades, de empresa privada, individual ou coletiva, naqueles casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, da qual seja proprietário, sócio, gerente ou administrador o cônjuge, companheiro ou companheira, parente natural ou civil, na linha reta e colateral ou transversal até o terceiro grau, ou parentes por afinidade dos agentes políticos ou pessoas referidos nas alíneas do inciso XXIII, supra.

4- Declaramos de que a empresa não possui em seu quadro de pessoal e não contratará empregados com **INCOMPATIBILIDADE** com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

5- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de chamamento, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone:** ( )



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

6- Declaramos que a empresa contribui para a promoção do **Desenvolvimento Nacional Sustentável** no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

7- Declaramos que a instituição financeira está em pleno uso e gozo de suas atividades e não se encontra em processo de liquidação extrajudicial;

..... de 2021.  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal da empresa  
**Carimbo do CNPJ da empresa**



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## ANEXO III

### Minuta Contrato de Credenciamento nº \_\_\_\_/2021

O Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de direito Público Interno, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, 130, inscrito no CNPJ: 76.205.640/0001-08, neste ato devidamente representado pelo Prefeito, Senhor LUIZ CARLOS TURATTO, brasileiro, divorciado, 4.369.369-7/PR, CPF 681.117.629-68, residente e domiciliado na cidade de Dois Vizinhos/PR e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, doravante denominada Credenciada, resolvem firmar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO de Instituições Financeiras e Afins, autorizadas pelo Banco Central do Brasil a funcionar na forma de banco múltiplo, comercial ou cooperativo e cooperativa de crédito, interessadas em conceder empréstimo pessoal e/ou refinanciamento de empréstimos aos servidores municipais ativos, com consignação em folha de pagamento, cujas parcelas não poderão exceder à margem total consignável prevista na legislação aplicável do vencimento do servidor, SEM QUAISQUER ÔNUS OU ENCARGOS PARA O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS-PR, oriundo do Chamamento Público nº. 015/2021, mediante as cláusulas e condições que se seguem e com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO**  
**CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL A FUNCIONAR NA FORMA DE BANCO PÚBLICO, BANCO MÚLTIPLO COMERCIAL OU COOPERATIVO E COOPERATIVA DE CRÉDITO, INTERESSADAS EM CONCEDER EMPRÉSTIMO PESSOAL E/OU REFINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.**

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O contrato/termo de não irá gerar custos ao Município de Dois Vizinhos, cabendo à Instituição Financeira os lucros decorrentes da operação financeira firmada junto.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - CRITÉRIOS PARA LIVRE ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO PELOS SERVIDORES**

Ficará reservada ao Servidor Municipal a livre escolha da Instituição, desde que esta esteja devidamente credenciada junto ao Município de Dois Vizinhos, nos termos do presente edital de Credenciamento.

#### **CLÁUSULA QUARTA - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

**Parágrafo primeiro** - A prestação dos serviços das Instituições Credenciadas nos termos deste edital consistirá na concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento aos servidores públicos ativos do município Municipal de Dois Vizinhos;



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**Parágrafo segundo** - Os serviços prestados pelas Instituições Credenciadas na forma deste edital ocorrerão sem quaisquer ônus ou encargos a Prefeitura;

**Parágrafo terceiro** - O Município não será responsável solidário, nem mesmo garantidor das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos em decorrência da concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento pelas Instituições Credenciadas obrigando-se apenas e tão somente a manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos;

**Parágrafo quarto** - O Município informará expressamente ao site averbador o valor o valor da margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito através do Sistema de Gestão de Margem Consignável;

**Parágrafo quinto** - O município também fica isento de qualquer responsabilidade quanto à não efetuação do desconto nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor público da folha;

**Parágrafo sexto** - A contratação de empréstimo constitui operação firmada exclusivamente entre a Instituição Financeira e o beneficiário, cabendo unicamente a essas partes zelarem pelo seu cumprimento;

**Parágrafo sétimo** - Cada servidor ficará responsável, direta e individualmente, pelo contrato que assinar com a Instituição Financeira que escolher e pelos atos que expressamente autorizar ou consentir. Por sua vez, a Instituição Financeira por ele contratada responderá pelo cumprimento da legislação e por qualquer dano ou prejuízo reclamado pelo beneficiário;

**Parágrafo oitavo** - O Município não responde, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus servidores, nem pelas condições oferecidas pelas Instituições Financeiras, restringindo sua responsabilidade à mera averbação dos valores autorizados pelo beneficiário e ao repasse à Instituição Financeira em relação às operações livremente convencionadas pelas partes;

**Parágrafo nono** - As Instituições Financeiras serão responsáveis exclusiva e integralmente pela operação financeira e pela utilização de pessoal para sua execução, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município;

**Parágrafo décimo** - As Instituições Financeiras deverão cumprir as obrigações previstas no contrato;

**Parágrafo décimo primeiro** - No caso de descumprimento das condições de credenciamento ou de infração às cláusulas do contrato, o Município de Dois Vizinhos poderá promover o descredenciamento da Instituição Financeira, não permitindo novos contratos, porém respeitando os já firmados até que se finalizem as parcelas vincendas



# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ou se proceda à quitação antecipada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação federal e municipal incidente;

**Parágrafo décimo segundo** - Nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor da folha, fica o Município eximido de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO**

Conforme dispõe a Lei Municipal 2366/2019 em seu Art. 3º O Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração. O presente instrumento terá vigência sua vigência condicionada à vigência do edital de Chamamento Público 015/2021.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO DESCREDENCIAMENTO**

**Parágrafo primeiro** - As empresas credenciadas poderão ser descredenciadas:

I - A pedido;

II - De ofício, quando for constatado que a empresa deixou de cumprir suas obrigações.

**Parágrafo segundo** - As despesas decorrentes do descredenciamento serão de responsabilidade da empresa.

**Parágrafo terceiro** - A empresa descredenciada deve efetuar a comunicação imediata de sua condição aos Servidores Públicos do Município.

**Parágrafo quarto** - A perda da qualidade de credenciada obriga a empresa a:

I - Cessar imediatamente as contratações junto aos Servidores Públicos do Município

II - Comunicar e divulgar a perda da condição de credenciada junto aos seus canais de comunicação e aos servidores com os quais mantiver vínculo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Parágrafo primeiro** - Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização do contrato;

**Parágrafo segundo** - Averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor da instituição;

**Parágrafo terceiro** - Repassar à instituição o valor correspondente descontado da folha de pagamento do servidor público, até o dia 10 do mês subsequente ao pagamento;

**Parágrafo quarto** - Comunicar o Sistema de Gestão de Margem Consignável, mensalmente, até 5 (cinco) dias após o crédito de salário, dos servidores que não sofreram desconto ou que suportaram desconto inferior ao solicitado no arquivo enviado, indicando o motivo;

**Parágrafo quinto** - Notificar o servidor que deverá contatar a instituição, na ocorrência de desligamento ou outro motivo que acarrete a sua exclusão da folha de pagamento,





Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

bem como da redução de sua margem consignável e consequente alteração do valor descontado, a fim de negociar o pagamento da dívida;

**Parágrafo sexto** - A Instituição Financeira deverá acatar os parâmetros e normas operacionais do site averbador e sua programação financeira;

**Parágrafo sétimo** - Repassar ao Sistema de Gestão de Margem Consignável o fluxo operacional para efetivação dos descontos das operações de empréstimos e/ou financiamentos pessoais a serem contraídos pelos Servidores Públicos Municipais;

**Parágrafo oitavo** - Receber mensalmente do sistema de gestão de margem consignável, até o dia 15 (quinze) de cada mês o arquivo de remessa contendo as informações necessárias que atendam o layout do sistema averbador, para o devido processamento na folha de pagamento do servidor;

**Parágrafo nono** - Realizar mensalmente os descontos nas respectivas folhas de pagamento dos servidores do MUNICÍPIO que possuírem margem consignável, constante na informação de remessa enviada pela CREDENCIADA os quais contraíram empréstimos e/ou financiamentos pessoais;

**Parágrafo décimo** - Mensalmente informar qualquer alteração dos dados cadastrais dos Servidores, o MUNICÍPIO compromete-se a informar ao Sistema de Gestão de Margem Consignável, o nome do (s) Servidor (es), bem como, informar quais foram as alterações nos dados cadastrais.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

**Parágrafo primeiro** - Conceder empréstimo, observadas suas normas operacionais e a legislação vigente e sua programação financeira, garantindo condições especiais aos servidores do Município, respeitadas as condições estabelecidas no contrato;

**Parágrafo segundo** - Encaminhar até o final da primeira quinzena de cada mês, através de meio eletrônico, em arquivo com padrão que atenda ao layout do sistema averbador, bem como o sistema da folha de pagamento, os dados para o referido desconto em folha;

**Parágrafo terceiro** - Providenciar as exclusões no extrato ou arquivo de averbação de servidores, de acordo com as informações e solicitações do Município, nas situações previstas no contrato;

**Parágrafo quarto** - Fornecer a posição de dívida atualizada para liquidação/amortização antecipada dos empréstimos, quando solicitado pelo servidor, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho do servidor ou qualquer outro afastamento sem remuneração;

**Parágrafo quinto** - Manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga o Município, por parte do servidor devedor, de autorização de caráter irrevogável, para a consignação das prestações contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de empréstimo;



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**Parágrafo sexto** - Em caso de portabilidade será tratada de forma individual entre a Instituição Financeira e o servidor, sem majoração de prazo e parcela.

## **CLÁUSULA NONA – DO GESTOR, FISCAL E SUPLENTE**

**Parágrafo primeiro** – Fica designado como responsável pela gestão do contrato o Secretário de Administração e Finanças Sr. Vilmar Possato Duarte.

**Parágrafo segundo** – A fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores, Sra. Neiva Terezinha Lovatto Machado (fiscal titular) e Sr. Dione Luiz da Silva (fiscal suplente).

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Será aplicada à Credenciada, garantida a ampla defesa e o contraditório, as seguintes penalidades:

**Parágrafo primeiro** - Multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no caso de descumprimento de quaisquer cláusulas do presente contrato, até que se restabeleça a normalidade contratual, devidamente reconhecida pelo Município, a partir da notificação, limitada a 30 (trinta) dias;

**Parágrafo segundo** - No caso de persistir(em) a(s) irregularidade(s) apontada(s) na notificação a que se refere a letra “a”, por prazo superior ao previsto na letra “a”, a Credenciada passará a incorrer em multa correspondente a 10% (dez) por cento do total negociado em empréstimos em consignação em folha de pagamento, realizados durante o Credenciamento;

**Parágrafo terceiro** - Mesmo incorrendo em quaisquer das hipóteses previstas nos parágrafos primeiro ou segundo, a Credenciada também sofrerá, cumulativamente, as sanções previstas na Lei Federal 8.666/93.

**Parágrafo quarto.** As sanções previstas nos parágrafos primeiro ou segundo deste artigo são de competência do Secretário de Administração e Finanças.

**Parágrafo quinto** - Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078 de 11/09/90;

**Parágrafo sexto** - Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**AMBIENTAL** - A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o ART. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

com o ART. 3º da LEI N.º 8.666/93 e com o ART. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010. Todos os documentos devem ser impressos preferencialmente em papel reciclável.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Constituir-se-ão obrigações da Credenciada as seguintes, para a totalidade do objeto:

**Parágrafo primeiro** - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do Chamamento Público, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do Chamamento Público, a não ser por iniciativa deste último;

**Parágrafo segundo** - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

**Parágrafo terceiro** - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

**Parágrafo quarto** - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Chamamento Público, de acordo com as especificações determinadas no edital, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados;

**Parágrafo quinto** - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto de acordo com a legislação e normativas vigentes;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

**Parágrafo sexto** - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**Parágrafo primeiro** - Os Credenciados devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480, de 30 de julho de 2020.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

“Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - No tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.”

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ÉTICA**

O contratado deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

O Município e o Credenciado deverão observar as disposições da Lei 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais dos SERVIDORES, EMPREGADOS, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de suas informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente convênio de concessão de crédito consignado.

**Parágrafo primeiro** - O Município figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos ao BANCO para tratamento, sendo este enquadrado como Operador dos dados. O BANCO será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

**Parágrafo segundo** - O Município e o Credenciado estão obrigados a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste CONVÊNIO, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

**Parágrafo terceiro** - Além das obrigações relacionadas no item anterior, são obrigados ainda a:

- I- Garantir que os dados foram e serão obtidos de forma lícita, com base legal apropriada nos termos da LGPD, inclusive para fins de compartilhamento ou tratamento inerentes ao escopo e para fins deste CONVÊNIO;
- II- Possuir sistemas que garantam que a utilização dos dados seja realizada de acordo com a LGPD, observando, a manifestação revogabilidade do consentimento feita pelo titular dos dados;
- III- Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- IV- Manter avaliação e monitoramento periódicos do tratamento para garantir a segurança e qualidade do objeto desse CONVÊNIO;
- V- fornecer, no prazo solicitado pelo outro partícipe, informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados; e
- VI- auxiliar o outro partícipe na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei.



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bom como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato e do procedimento licitatório.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e pela legislação aplicável à matéria, especialmente a Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Dois Vizinhos - PR.

Não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes no ato, a fim de que se produzam efeitos legais.

Dois Vizinhos - PR, ..... de ..... de 2021

Prefeitura de Dois Vizinhos  
Contratante

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Contratada

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF. XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF. XXXXXXXXXXXXX